

Balanço do Cadastramento Diferenciado

O registro do acompanhamento das condicionalidades vem alcançando percentuais crescentes nos sistemas de educação e saúde. Durante o ano de 2010, o acompanhamento da frequência escolar realizado pelo MEC atingiu 89%, índice recorde desde 2005. Isso representa o registro da frequência escolar mensal de 17,5 milhões de crianças, adolescentes e jovens beneficiários do Programa Bolsa Família. Na área da saúde, das 10,7 milhões de famílias beneficiárias do Programa com mulheres de 14 a 44 anos e/ou crianças menores de sete anos, o índice de acompanhamento chegou a 67% no primeiro semestre de 2010. Esses dados refletem o trabalho integrado da gestão do Programa Bolsa Família e das áreas de educação, saúde e assistência social.

Acompanhamento da educação

Entre os dados registrados a cada período de acompanhamento de condicionalidades, os motivos de baixa frequência informados pela escola podem ser indicadores de situações de vulnerabilidade das famílias (para mais informações sobre os motivos da baixa frequência consulte a Instrução Operacional nº 36 disponível no sítio do MDS). No acompanhamento de setembro, último mês com o resultado consolidado, houve o registro de 473 mil situações de baixa frequência para o público de 6 a 15 anos (BFA) e 113 mil para o público de 16 e 17 anos (BVJ).

Nem todos os motivos de baixa frequência resultam em descumprimento de condicionalidades e em efeitos sobre o benefício da família, pois alguns deles – como doença do aluno, óbito na família, inexistência de oferta, entre outros – se caracterizam como situações imprevistas, inusitadas ou externas. No entanto, esses registros de baixa frequência são situações que merecem atenção, pois, dificultam o desenvolvimento das famílias, colocando-as em situação de maior vulnerabilidade. Entre os registros de baixa frequência apurados em setembro, 126 mil (26,65%) para o público BFA e 25 mil (22,78%) para público BVJ foram por motivos que não geram efeito no benefício, totalizando 586 mil registros.

Motivos do descumprimento na educação

Os motivos mais recorrentes para a baixa frequência escolar no mês de setembro foram “ausência por questão de saúde” (correspondente a 18,04% dos registros de baixa frequência), “abandono escolar/desistência” (17,75%), “negligência de pais ou responsáveis” (14%) e “desinteresse/desmotivação pelos estudos” (13,98%). Chama atenção o percentual alcançado pelo motivo “abandono escolar/desistência” dentre os beneficiários do Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), que corresponde a metade dos descumprimentos (49,53%) entre adolescentes de 16 e 17 anos, retirando-se os que estão fora do acompanhamento por terem concluído o ensino médio. Por isso, é importante que o gestor do PBF no município una esforços com a rede socioassistencial e a rede escolar para identificar e resgatar esses jovens à escola, garantindo assim, o acesso à educação.

Os motivos de descumprimento que refletem na baixa frequência escolar podem estar associados a situações como violência intrafamiliar, discriminação no ambiente escolar, negligência dos pais, trabalho infantil, gravidez, entre outros, e uma ação conjunta entre as áreas de educação, saúde e

assistência social possibilita um acompanhamento integral das famílias que encontram dificuldades em exercer seus direitos sociais básicos.

Importância do registro do motivo de baixa frequência

Com a cobertura de acompanhamento da frequência escolar nos patamares atuais, o desafio agora é qualificar as informações coletadas com o registro dos motivos pelos quais crianças e adolescentes tiveram frequência escolar inferior à recomendada — no mês de setembro, 16,1% das baixas frequências registradas não tiveram o motivo identificado pela escola. A informação do motivo da baixa frequência é muito importante para identificar situações de vulnerabilidade e/ou risco social que podem significar o ponto de partida para o atendimento socioassistencial dessas famílias, com vistas à superação dessas situações e à reinserção dos alunos no ambiente escolar.

Ações relativas ao acompanhamento das famílias do PBF

De acordo com os dados da repercussão de novembro de 2010, houve 24.021 cancelamentos de benefício do PBF por descumprimento de condicionalidades. Esses cancelamentos poderiam ter sido evitados se as famílias estivessem sendo acompanhadas pelas áreas de proteção social básica ou especial da localidade, conforme preconizado pelo Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas). É preciso considerar que, em muitos casos, a perda do benefício pode aumentar a vulnerabilidade da família, afastando-a do exercício pleno de seus direitos de cidadania.

No mês de novembro, 16.511 famílias em situação de descumprimento de condicionalidades estavam registradas no acompanhamento familiar do Sicon. Destas, 6.422 tiveram os efeitos do descumprimento de condicionalidades interrompidos. Para estas famílias, assegura-se a manutenção da transferência do benefício e a prestação de serviços socioassistenciais que poderão apoiá-las no exercício de seus direitos.

Já são 895 municípios em 26 unidades da Federação utilizando a funcionalidade de acompanhamento familiar do Sicon, que permite registrar os dados da família, as ações de acompanhamento e também interromper, por tempo determinado, os efeitos sobre o benefício.

De acordo com o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas), devem ser priorizadas para o Acompanhamento Familiar as famílias que vivenciam situações de risco social e famílias do PBF em situação de descumprimento de condicionalidades, em especial, as que estão em suspensão do benefício por dois meses, a fim de garantir a segurança da renda das famílias, ao mesmo tempo em que são tomadas providências para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade a que estão submetidas.

Ressalta-se que há 26.118 famílias em segunda suspensão por descumprimento de condicionalidades. Portanto, é fundamental que a gestão local do PBF identifique esas famílias e os problemas enfrentados por elas. Dessa forma, será possível desenvolver ações articuladas para que tais famílias sejam encaminhadas à rede socioassistencial.

ANOTE NA AGENDA

31 de dezembro – prazo limite para cadastrar e avaliar recursos no Módulo Recurso on-line do [Sicon](#) para efeitos de descumprimento de condicionalidades das repercussões do mês de novembro (referente à educação: agosto e setembro de 2010).

31 de dezembro – termina o prazo para registro das informações de acompanhamento da agenda de saúde, relativas ao segundo semestre de 2010. O registro das informações de saúde é feito no [Sistema de Gestão do Bolsa Família na Saúde](#).

DÚVIDA DA SEMANA

O que os municípios devem fazer com os kits de capacitação do Cadastro Único que estão recebendo pelo Correio?

Conforme explicado em Ofício-Circular nº 55 SENARC/MDS, enviado a todos os municípios brasileiros em 08 de junho de 2010, os materiais instrucionais sobre os novos formulários do Cadastro Único foram distribuídos para conhecimento dos municípios e para compor a biblioteca da gestão municipal do Cadastro Único.

É importante destacar que os materiais não foram enviados com a finalidade de serem usados para capacitação, pois todos os municípios já devem estar capacitados sobre os novos formulários até dezembro de 2010.

PARA MAIS INFORMAÇÕES acesse o [Fale Conosco do PBF](#) ou entre em contato com a Coordenação de Atendimento da Senarc: (61) 3433-1500 ou fax (61) 3433-1614/1615.